

ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados, deputadas. *Ata da Sétima Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Sete da Sexta Sessão Ordinária. Pelo Senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 128/2024, da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 09242116220238120001/CPE (RKR) do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Caravina, Mara Caseiro, Pedro Kemp, Gleice Jane, Lia Nogueira, Antonio Vaz, Coronel David, Professor Rinaldo e Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Paulo Corrêa, Junior Mochi, Pedrossian Neto, Lucas de Lima e Marcio Fernandes. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp e Professor Rinaldo. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Resolução nº 1/2024, de autoria do deputado Paulo Corrêa e outros. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 158/2023, de autoria do deputado Neno Razuk, Projeto de Lei nº 364/2023, de autoria do deputado João César Mattogrosso e outros. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada aos familiares de Affonso Celso Pastore; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Liga das Entidades Carnavalescas de Campo Grande, parabenizando todas as agremiações carnavalescas do município pelo espetáculo do Carnaval de 2024; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Liga Independente das Escolas de Samba de Corumbá, parabenizando todas as agremiações carnavalescas do município pelo espetáculo do Carnaval de 2024; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada ao Grêmio Recreativo Escola de Samba Os Catedráticos do Samba, pela 3ª colocação no Carnaval 2024; requerimento, de autoria da deputada Mara Caseiro, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 26 de março de 2024, às 19:00h, para realização de Sessão Solene em comemoração ao “Dia do Artesão”; requerimento, de autoria do deputado Pedrossian Neto, agendando, no dia 22 de março de 2024 às 8h30, o lançamento do 4º volume da obra “Amigas de Negócios”; requerimento, de autoria do deputado Paulo Corrêa, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 12 de abril de 2024, das 7h às 18h, a pedido

da Associação Nacional dos Agentes Rodoviários Federais (Asnarf), para realização do "2º Seminário para Conscientização sobre o Autismo, com foco na valorização das capacidades"; requerimento, de autoria do deputado Marcio Fernandes e demais deputados subscritos, solicitando a criação da Frente Parlamentar das Energias Renováveis; requerimento de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Pedro Kemp, Antonio Vaz, Gleice Jane, Neno Razuk e Zeca do PT. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e dois de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro." Foi lida a ata, senhor presidente

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 27 de fevereiro de 2024: Ofício nº 23/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Lidio Lopes e Mara Caseiro; Ofício nº 24/2024, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 62540/2023); Ofício nº 25/2024, da Secretaria de Estado de Administração de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 6114/2023); Ofício nº 1.538/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 6693/2023); Ofício nº 117/2024, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Herculano Borges (Prot. nº 3356/2022). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp... Deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, quero cumprimentar toda a população, os presentes aqui em nossa sessão plenária, servidores, imprensa presente. Faço uso do Pequeno Expediente para apresentar algumas indicações e requerimentos. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Elias Verruck, ao diretor-presidente da Agraer, senhor Washington Willeman de Souza, por cópias autônomas, reiterando a solicitação do pedido na indicação sob o Protocolo nº 00257/2023, e já incluso na Lei Orçamentária Anual, através da Emenda Aditiva nº 71/2023 de minha autoria, qual seja, para que se viabilize um projeto ambiental destinado à limpeza e abertura do canal da Baía do Deda, em Coxim, em atendimento a uma solicitação da Câmara Municipal daquele município, elaborada pelo vereador Vilmar Vendrúsculo, firmada em conjunto com o prefeito municipal Edilson Magro, conforme documentos anexos. Outra indicação, esta também direcionada ao secretário de Meio Ambiente e ao diretor-presidente da Agraer, reiterando a solicitação sob o

Protocolo nº 258/2023, prevista na Lei Orçamentária Anual, através da Emenda Aditiva nº 74/023, para que seja criado um programa de integração na suinocultura em parceria, na região norte do estado, entre produtor rural, prefeitura municipal, governo do estado e Aurora Alimentos. Esta também é uma proposição do vereador Vilmar Vendrúsculo, conforme documentos anexos. Agora um requerimento de informações a ser encaminhado ao senhor Jaime Elias Verruck, solicitando informações quanto à Lei nº 3.953, de 11 de agosto de 2010, a qual estabelece medidas importantes no combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, ao assédio sexual e moral, bem como à cultura do estupro por parte de pessoas jurídicas que recebem benefícios ou incentivos fiscais. Tendo em vista a relevância dessas disposições para a proteção de nossos jovens e a promoção de um ambiente de trabalho seguro e ético, gostaria de solicitar de Vossa Excelência informações atualizadas sobre a implementação e fiscalização desta lei. Gostaria, especificamente, de ser informado sobre: 1) o status atual da implementação das atividades de capacitação e sensibilização nas empresas abrangidas pela lei; 2) os resultados obtidos até o momento com essas medidas, incluindo o número de empresas capacitadas, o impacto na identificação e prevenção de casos de abuso e assédio, e quaisquer desafios enfrentados; 3) o processo de fiscalização das empresas quanto ao cumprimento das obrigações estabelecidas na lei, incluindo o número de empresas fiscalizadas e as medidas tomadas em caso de descumprimento. Tais informações serão de extrema importância para avaliar a eficácia da legislação em proteger nossas crianças e adolescentes, além de promover eventuais ajustes ou aprimoramentos necessários. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, demais colegas parlamentares, assistentes, público presente, imprensa, bom dia. Senhor presidente, trago um requerimento no Pequeno Expediente que dispõe sobre a instituição da "Frente Parlamentar Municipalista" no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. "Artigo 1º - Fica instituída, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a Frente Parlamentar Municipalista, com os seguintes objetivos: I – reunir os parlamentares que tenham preocupação especial com o tema; II – promover o apoio à causa municipalista, o reconhecimento da necessidade de descentralização e autonomia, atenção às políticas públicas e aos recursos para a gestão municipal; III – promover debates e discussões acerca de grandes pautas, como pacto federativo, dívida previdenciária, fundo de participação, proposição de leis, execução de programas, dentre outras necessidades indicadas por prefeitos, vereadores e lideranças municipais; IV – promover a interlocução efetiva entre o governo do estado e os municípios; V – fortalecer as ações prioritárias em favor dos municípios sul-mato-grossenses, melhorando o atendimento das reivindicações. VI – promover seminários, audiências públicas, reuniões, dentre outros, juntamente com a participação de prefeitos, vereadores, lideranças municipais e demais segmentos da sociedade civil organizada; VII – promover outras ações em apoio à pauta municipalista. Artigo 2º- Para atingir suas finalidades, a frente parlamentar poderá agregar, além dos deputados que subscrevem o ato de criação, quaisquer outros parlamentares, representantes governamentais e não governamentais de interesses da área. Artigo 3º - A coordenação da Frente Parlamentar Municipalista será exercida pelo deputado que propôs a sua

criação." Senhores deputados, eu vou pedir a assinatura dos senhores, deputado Marcio, deputado Junior Mochi, na criação dessa Frente Parlamentar Municipalista. Nós temos parlamentares que foram prefeitos e sabem da importância, ex-governador Zeca do PT, do municipalismo nas políticas de governo. O governo do estado vem promovendo a política municipalista em parceria com os municípios. Eu que fui prefeito sei da importância desse trabalho em prol do municipalismo. E nós precisamos que esta Casa de Leis participe ativamente desse processo. Agora em abril, deputado Marcio, o governo do estado deve estar lançando o novo municipalismo, municipalismo ativo, que vai trazer várias ações envolvendo os municípios, não só ações em infraestrutura, mas também ações na área de educação, de saúde, de assistência social. E essa frente é para que esta Casa participe ativamente, possa propor ações, possa apresentar planejamento, possa participar diretamente dessa ação municipalista e de tudo aquilo que for favorável aos municípios. Então gostaria de pedir o apoio dos senhores parlamentares na assinatura da criação da frente: vou colher as assinaturas. Pela ordem, presidente... Falo também de dois assuntos, aproveitando a presença de boa parcela dos servidores aposentados e pensionistas [*aplausos na plateia*]. Estamos acompanhando, só para atualizar a questão, desde o início do mês, essa pauta relativa à previdência social. Vocês devem recordar, eu ainda era secretário de Governo, numa última reunião envolvendo Fórum de Servidores, nós conversamos com representantes de alguns sindicatos, dentro da sala onde foi apresentada toda a questão previdenciária, a dívida atuarial, o plano de equacionamento que será encaminhado a esta Casa; e logo em seguida estive junto com boa parcela dos que estão aqui — que não participaram da reunião, não foram convocados pelo fórum (foram chamados só alguns representantes) — e me comprometi, no meu último dia como secretário de Governo, a acompanhar essa pauta. E foi definido na reunião do fórum, e eu transmiti isso a eles, que o governo iria, primeiro, promover uma nova reunião apresentado os números da previdência apresentados no fórum para os representantes deles que estão aqui e que não haviam participado da referida reunião — apresentando toda a situação previdenciária e o futuro da previdência, tudo com muita responsabilidade. E é dessa forma que queremos fazer. O governo se comprometeu a, durante o mês de fevereiro, promover um levantamento, um estudo para apresentar uma proposta que venha minimizar, melhorar a situação dos aposentados e pensionistas. Falei agora há pouco por telefone com o secretário Felini, que assumiu a pasta da Educação, e ele encaminhou um ofício, presidente, endereçado a Vossa Excelência, que eu vou ler aqui, o ofício vai tramitar na Casa mas já vou adiantar. É o Ofício nº 501/2024, endereçado ao presidente, nos seguintes termos: "Conforme anunciado recentemente pelo governo do estado, reconhecemos a importância de buscar soluções que possam beneficiar os servidores inativos e contribuir para a sustentabilidade do regime próprio da previdência dos servidores. Nesse sentido, a Secretaria de Estado de Administração tem sido responsável pelo levantamento de dados e pela formulação de propostas que possam contribuir significativamente para enfrentar os desafios da pauta. Para assegurar a abrangência e representatividade necessárias para esse processo, estamos convidando esta Casa de Leis para indicar dois deputados estaduais para integrar os estudos, participando das reuniões e contribuindo com a sua experiência e conhecimento para a realização dos estudos propostos. Destacamos que a participação da Assembleia Legislativa nesse processo é de extrema importância, uma vez que se trata de um tema de relevância para o funcionalismo público e para a gestão do estado como um todo. Estamos certos de que, com a colaboração conjunta entre Poder Executivo e Poder Legislativo, poderemos

alcançar resultados que beneficiem a todos os envolvidos." Assina o secretário de Administração. Conversei com ele, que me disse que o estudo está praticamente pronto, uma proposta será apresentada ao governador esta semana, e o governador validando, nós vamos marcar a reunião para debater isso. Uma vez ciente a Assembleia, faz-se uma reunião para apresentação, além da dívida atuarial, de uma proposta já validada pelo governador. Eu peguei o nome de quatro representantes desse grupo que está aqui, os quais levarei ao secretário Felini, para que, quando este houver convocado os demais sindicatos, essas quatro pessoas representem esse grupo aqui que não está na representatividade do sindicato. E peço, senhor presidente, que eu seja um desses dois parlamentares que vão participar, até por conta do conhecimento da causa que fui adquirindo quando secretário de Governo. Gostaria ainda de falar rapidamente de mais três assuntos [*palavras de ordem na plateia: "Aposentado vota!"*]... Quero aproveitar para parabenizar o major Rafael Custódio Alves, a quem agradeço, que por dois anos trabalhou como comandante da Companhia Independente da Polícia Militar de Bataguassu, e que agora foi remanejado para o Batalhão de Operações Especiais, o Bope, aqui em Campo Grande. Desejo-lhe sucesso e coloco-me à disposição do major Francisco Rogeliano Ferreira Cavalcante, que agora assume o comando da Polícia Militar lá em Bataguassu. Por fim, quero parabenizar o governo do estado, especialmente a Secretaria de Educação, por estar investindo 3,2 milhões na reforma de três escolas, dos municípios de Bataguassu, Itaquiraí e Amambai. Na Escola Professor Luiz Alberto Abraão, em Bataguassu, é uma reforma parcial de 316 mil; reforma na Escola Estadual Professora Tertuliana Martins de Oliveira (escola rural) no valor de 836 mil; e, na Escola Estadual Dom Aquino Correia, em Amambai, reforma no valor de 2,1 milhões de reais. Além disso, está tudo pronto para sair uma ordem de serviço de uma reforma na Escola Manuel da Costa Lima, em Bataguassu, obra acima de dez milhões. Isso mostra a preocupação do nosso governador, a preocupação do nosso secretário de Educação com o ambiente escolar; o governo vem promovendo reformas e adequações em todas as escolas estaduais do estado, o que certamente contribui para a qualidade do ensino. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pelo livro de inscrição, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, primeiro quero pedir "pela ordem"... Ouvi atentamente a leitura que fez o deputado Caravina do ofício encaminhado pelo governo do estado, para negociação da situação dos aposentados. Primeiro que o governo havia dito que solicitaria a presença de três deputados aqui da Assembleia... mas agora vem um ofício pedindo dois. Pois quero dizer que eu também gostaria de fazer parte dessa comissão [*reação de apoio na plateia*]. Estou acompanhando este grupo aqui desde o início do ano passado, quando começou toda essa luta. Outra coisa, fazer reunião para apresentar a situação do MSPrev, disso aí já não queremos mais saber! Porque já tivemos essa reunião ano passado, já sabemos da dívida do MSPrev; agora, os aposentados não têm culpa dessa situação! [*ênfático apoio da plateia*]... Nós queremos uma proposta concreta da parte do governo! Quem já contribuiu a vida inteira tem de receber seu salário integral, não pode mais haver desconto da previdência! Esse dinheiro está fazendo falta na vida de muitos aposentados aqui do Mato Grosso do Sul. Assim como o deputado Caravina, que se colocou à disposição para fazer parte da comissão, eu também me coloco à disposição

para tal. E acho até a que Casa deveria indicar mais de dois deputados, acho que não haveria problema algum — o deputado Junior Mochi participou desde o começo das discussões, e mais algum deputado que quiser. Acho que não há nenhum problema numa comissão mais ampliada. Então era isso, senhor presidente, que queria colocar na questão de ordem. Somo-me, portanto, ao deputado Caravina, que veio para esta Casa com toda a disposição para ajudar, ele que tem experiência como ex-secretário de Governo, acho que vai contribuir muito nessa discussão que faremos com o governo do estado. E estamos confiando no governador, que assumiu o compromisso aqui com essa comissão de apresentar uma proposta realmente que venha ao encontro das expectativas dos nossos aposentados.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputado Pedro Kemp, concede um aparte?... Quero agradecer sua contribuição. É efetivamente isso que passou agora o secretário Felini: a reunião vai apresentar os números. Não é todo mundo que teve acesso a esses números, e quem não conhece precisa conhecer. A previdência social tem a sua vida à parte, porque ela vai repercutir no futuro do servidor nos próximos vinte e cinco, trinta anos. E o governo efetivamente disse isto, que quer apresentar já uma proposta nessa reunião para nós parlamentares termos conhecimento da situação; acho também que não há problema nenhum em ampliar o número de participantes na comissão. É preciso conhecer a situação, debater, e com responsabilidade trazer a pauta também para os servidores, com o mesmo objetivo: encontrar uma solução sustentável que possa melhorar a vida de servidores, pensionistas e aposentados.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito bem. Eu gostaria, deputado Caravina, de inclusive elogiar aqui o governo por abrir a discussão também para esse grupo aqui, porque esse pessoal aqui [*o orador refere-se a um grupo na plateia*], antes de os sindicatos entrarem na luta, eles já estavam brigando, desde o começo. Então eles têm de participar da comissão também. Então é isso, senhor presidente. No mais, queria ler aqui as indicações, duas apenas. A primeira é endereçada ao ilustríssimo senhor Renato Marcílio da Silva, diretor-presidente da Sanesul, com cópia ao senhor Lindomar Ferreira da Silva, coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul, solicitando a perfuração de poço artesiano na aldeia Nova Nascente, no município de Sidrolândia. A segunda vai para o senhor Janine de Lima Bruno, diretor-presidente da Agetran, solicitando a instalação de redutor de velocidade em frente à Escola Afetiva, localizada à rua Acrópole, 160, bairro Carandá Bosque, Capital. Por último, senhor presidente, registro uma moção de pesar aos familiares do nosso querido amigo, professor, sociólogo, Paulo Cabral, que nos deixou nesta data, querido e estimado amigo, militante dos direitos humanos, um ativista por uma sociedade mais justa, mais solidária. Paulo Cabral também era historiador, foi presidente do Instituto Historiográfico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, pessoa muito comprometida com a construção de uma sociedade mais igualitária. Paulo Cabral foi professor durante muitos anos de Sociologia na UCDB, e influenciou muitas gerações de acadêmicos, de estudantes, que realmente se formaram nessa consciência da busca de uma sociedade mais justa. Então, lamentamos profundamente a perda desse grande amigo, educador, historiador e sociólogo, nosso querido Paulo Cabral.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputado Pedro Kemp, permite um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pois não, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu quero dizer a Vossa Excelência que o professor Paulo Cabral, queridíssimo amigo nosso, foi professor no curso de Psicologia da minha esposa, homem que entendia de política, entendia da sociedade. Também lamento profundamente essa perda e pediria a Vossa Excelência, se possível, pela representatividade que teve o professor em nossa cidade, em nosso estado, pelo legado que deixa para as futuras gerações, no que diz respeito à formação acadêmica, pediria a Vossa Excelência que a moção seja encaminhada em nome dos vinte e quatro deputados, porque o professor Paulo merece essa homenagem de toda esta Casa. Gostaria que Vossa Excelência aceitasse a nossa sugestão.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Com certeza, deputado. Agradeço a sugestão de Vossa Excelência. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra o nobre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Presidente, há pouco conversei com os pensionistas e aposentados que estão aqui, e conversei também com o Dionísio. E o Dionísio me trouxe a informação de que eles não puderam participar da reunião que o Fórum de Servidores teve com o governador. Então eu já liguei para o secretário de Administração, Frederico Felini, e, junto com o deputado Caravina, faremos uma comissão e vamos levá-los para que os senhores [*aposentados e pensionistas presentes*] levem suas reivindicações até o governo [*palmas*]... E sem querer fazer politicagem, porque temos de tratar isso com seriedade. Eu falei para vocês que a minha mãe é pensionista do estado; pois ela me cobra todo dia a respeito dos 14%, e nada mais justo que eu possa também fazer minha parte nessa questão. Então vou ligar para o Dionísio para que todos fiquem sabendo: que o Dionísio mais quatro ou cinco irão representar todos vocês, para levar até o governo as reivindicações da classe [*aplausos*]...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT, que vai falar "pela ordem", inclusive sobre uma importante reunião que tivemos hoje.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pedi pela ordem para falar de três importantes questões. A primeira é que há três termos que justificam o posicionamento que estou tomando nesta Casa com relação aos nossos queridos aposentados. Apoio o nome do deputado Pedro Kemp como representante da nossa bancada na comissão. Apoio seu nome, deputado Kemp, para defender a causa desse povo que luta bravamente de forma irrevogável, absoluta e incondicional: eles merecem. Segunda coisa, senhor presidente. Quero pedir o apoio da bancada do PT para a emenda do

deputado Renato Câmara da pesca. Conversei com a classe e a ideia é que até o final do ano se tenha o laudo da Embrapa Pantanal sobre a questão da superpopulação (ou não) do dourado em nossos rios. Se não houver o laudo, a prática recomeça ano que vem já sem a condicionante do pesque-solte. E, terceiro, quero cumprimentar Vossa Excelência, deputado Paulo Corrêa... Infelizmente Vossa Excelência, que é a grande figura representante de Murtinho, não pôde comparecer... Fizemos uma reunião extremamente importante com o superintendente geral do consórcio responsável pela construção da ponte lá de Porto Murtinho, com a presença do secretário Jaime Verruck, e definimos, depois de ouvir o superintendente, que não se justifica, mesmo porque não houve crime, a medida radical da Receita Federal de mandar paralisar a obra (já vai para três meses). Então, sob orientação de Sua Excelência o presidente, estou indo dia 6 (estou pedindo agenda com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, com o ministro de Relações Exteriores e com o chefe da Receita Federal) a Brasília, para a gente definitivamente resolver isso aí, retomar a obra para ao final de 2025 poder inaugurá-la. Obrigado, presidente. Com sua iniciativa de trazer para esta Casa de Leis o debate sobre um assunto dessa envergadura, dessa importância, Vossa Excelência manifesta claramente sua preocupação, como presidente desta Casa, com o desenvolvimento harmonioso de Mato Grosso do Sul. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Respondendo à questão de ordem de Vossa Excelência, nosso representante nas questões da Rota Bioceânica e dessa ponte, tenho a dizer, e a própria imprensa já o fez, que essa obra é uma obra contratada pelo Paraguai — é importante deixar isso bem claro. Apesar de binacional, é uma obra contratada pelo Paraguai, licitada pelo Paraguai, o Consórcio Fibra é do Paraguai. E há aí uma disputa envolvendo questão aduaneira, que deve ser resolvida numa articulação que interesse a Mato Grosso do Sul. Porque hoje, enquanto temos 44% da obra concluída do nosso lado, do lado do Paraguai já está em 65%, porque o consórcio teve de parar a construção do lado brasileiro e concentrar todos os esforços no lado paraguaio. Aqui, nessas questões alfandegárias, aduaneiras, contamos como o secretário Jaime, com o deputado Zeca nessa agenda com a Receita Federal, com o governo federal, para tratar de uma zona franca, para tratar de um termo de reciprocidade, isto é de suma importância para Mato Grosso do Sul, para o Brasil. Parabéns! Agradeço ao representante da empresa Fibra, ao secretário Jaime, que esteve aqui, é esta Casa mais uma vez pautando os grandes debates do interesse de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Queria parabenizá-lo, senhor presidente, por esta decisão (até porque Vossa Excelência colocou em votação) de eleger um representante da Rota Bioceânica, sabiamente escolhido por esta Casa, que é o ex-governador Zeca do PT. Primeiro por sua relação com o presidente Lula; segundo, que a coisa é esdrúxula, é um troço incrível: a outra ponte, a que foi contratada pela Itaipu brasileira, foi tocada, terminou, não houve problema absolutamente nenhum. Agora, a ponte que é tocada pela Itaipu Paraguai está tendo problema aduaneiro: muito

estranho! Está a serviço de quem isso?... Bem, primeiro é de elogiar o presidente da Casa, Gerson Claro, mas de elogiar também o nosso representante, que tem força suficiente para chegar nos canais competentes lá em Brasília; já negociou vários acordos binacionais, principalmente porque é paraguaio como Yo, e vai tranquilamente levar ao Rui Costa e ao presidente Lula a situação. Porque efetivamente a Receita Federal, neste momento, presta um desserviço a Mato Grosso do Sul.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registro e agradeço a presença do senhor Joaquim Passos, vice-prefeito de Aquidauana; senhor Aldo José dos Santos, vereador de Anastácio; senhor Paulo Borges, o "Bodinho", vereador de Paranaíba; e senhor Roberto Oshiro, primeiro-secretário da Associação Comercial de Campo Grande. Solicito aos senhores deputados que, assim que se encerrar o Pequeno Expediente, nos reunamos aqui no anexo, na salinha do fundo, para discutir um assunto de pauta, para buscarmos um consenso sobre um assunto, é uma reunião rápida antes da Ordem do Dia... Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Tenho uma indicação endereçada ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, solicitando que seja realizada a pavimentação da MS-215, no trecho que liga o município de Pedro Gomes ao estado de Mato Grosso. A proposta em questão visa a atender a uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Jean Rommy Oliveira. A pavimentação da MS-215 não apenas melhoraria as condições de mobilidade, como também contribuiria para o crescimento econômico da região, estimulando investimentos, criando empregos e promovendo o desenvolvimento sustentável. Entendemos que a alocação de recursos para projetos de infraestrutura pode ser um desafio, mas acreditamos que os benefícios a longo prazo superam os custos envolvidos. Estamos confiantes que a pavimentação da MS-215 não apenas atenderá às necessidades imediatas da comunidade, como também se alinhará aos objetivos de crescimento e progresso estabelecidos para a região. Outra indicação, também endereçada ao governador e ao secretário de estado de Infraestrutura, solicitando que seja viabilizada a manutenção da estrutura das pontes, ou substituição por outras de concreto, no assentamento Harmonia, no município de Jaraguari. A proposta em questão visa a atender a uma solicitação que nos foi encaminhada pelo senhor Francisco Igor Delmondes Souza. As pontes estão enfrentando um desgaste considerável devido ao seu uso contínuo e às condições climáticas. Observamos que a estrutura atual apresenta sinais de deterioração, o que levanta preocupações sobre a segurança dos moradores e motoristas que transitam diariamente pela ponte. Diante disso, gostaríamos de solicitar a avaliação urgente da situação da ponte e a consideração da possibilidade de reforma ou substituição por uma de estrutura mais robusta, como uma ponte de concreto. Entendemos que melhorias na infraestrutura são fundamentais para garantir a segurança e a eficiência no deslocamento dos membros da comunidade, bem como para facilitar o transporte de mercadorias agrícolas, o acesso a serviços essenciais e o desenvolvimento socioeconômico do assentamento. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, senhor presidente, colegas, público presente. Venho aqui hoje para falar de três assuntos. Primeiro quero dizer que concordo inteiramente com os aposentados que estão reivindicando os 14%. Iniciamos essa luta ainda alguns anos atrás, pois éramos contra a reforma da previdência do estado. Foi um processo bastante truculento que atrapalhou a vida das pessoas e que a gente precisa rever agora. Segundo, quero dizer aqui que na semana passada pedi vista do projeto que estende por mais um período a proibição da pesca, o que não foi aceito pelo Plenário. Pedia vista naquele momento porque justamente não estava segura da constitucionalidade do processo. Saí daqui com essa dúvida e fui estudar um pouco a situação, e me deparei com uma Adin, Ação Direta de Inconstitucionalidade, contra um projeto da pesca de Mato Grosso muito parecido com o nosso. Encontrei também uma moção de repúdio do Ministério do Meio Ambiente, de 2023, justamente sobre essa pauta (a Defensoria Pública da União também está debatendo isso), em que vários elementos são levantados. Falam em "limitar o direito de existir dos povos de exigir", falam em "segurança alimentar para a população ribeirinha, para os povos indígenas"... Vejam que se justifica o meu pedido de vista da semana passada, porque realmente a dúvida não era só minha: é uma dúvida também do Poder Judiciário no estado de Mato Grosso. Então quero dizer que mantenho a minha posição junto com os pescadores, porque acho que a gente precisa realmente garantir um estudo de impacto para poder pensar qualquer política a respeito. Faço também uma indicação, endereçada ao prefeito de Dourados, Alan Guedes, com cópia autônoma à senhora secretária municipal de Educação de Dourados, Ana Paula Benitez Fernandes, para que promova a revisão imediata das políticas e práticas de nomeação para cargos de direção nas unidades educacionais municipais da rede douradense de ensino, assegurando que tais processos sejam pautados pelos princípios da gestão democrática, transparência, equidade, respeito à diversidade, diálogo, tolerância e colaboração. Com efeito, em Dourados todas as escolas municipais têm um processo eleitoral para a escolha da direção escolar. Ocorre que nos últimos tempos veio sendo feita uma revisão da tipologia das escolas, e algumas delas passaram a ter direito a uma direção-adjunta. Todavia, a secretária de Educação, cuja saída da pasta tem sido aventada pela mídia, nomeou algumas direções-adjuntas sem que tais nomeações passassem pelo crivo da consulta da comunidade escolar. Isso infringe uma lei municipal, mas infringe acima de tudo o processo democrático das escolas. Ontem acompanhamos uma mobilização da categoria na Câmara Municipal; e uma reivindicação da categoria é que seja respeitado o processo de gestão democrática nas escolas de Dourados. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha. Bom dia, servidores aposentados e pensionistas. Quero dizer, como representante da bancada do PSDB, que indico o deputado Pedro Caravina para integrar essa comissão, ele que estava à frente da Segov e tem total habilidade e propriedade para tratar do assunto. Quero dizer também que somos parceiros nessa reivindicação de vocês [a oradora refere-se aos aposentados e

pensionistas presentes] enquanto representantes da bancada do governo de Mato Grosso do Sul. Cumprimento também, presidente, os pescadores que vieram aqui hoje pedir o apoio deste Parlamento com relação à lei da pesca do dourado, projeto que já está tramitando nesta Casa de Leis. Quero dizer a eles que podem ficar tranquilos, que este Parlamento vai agir na maior lisura, transparência e imparcialidade. No mais, trago algumas indicações e um requerimento. A primeira indicação é direcionada ao governador Eduardo Riedel e ao secretário de Educação, solicitando a destinação de recursos para a reforma geral da Escola Estadual Professora Floriana Lopes, de Dourados. A deputada Gleice Jane esteve lá recentemente; é uma escola bastante antiga; e pais, professores e alunos estão solicitando essa reforma. São 35 anos de fundação, com mais de 800 alunos matriculados, e a reforma geral é necessária. Tenho outra indicação, esta ao governador e ao secretário de estado de Infraestrutura, solicitando estudo de viabilidade para a implantação de túneis subterrâneos na MS-316, no sentido de se viabilizar a travessia de animais silvestres de médio e grande porte. O governo do estado, por intermédio do Programa Estrada Viva, tem implantado túneis subterrâneos para a travessia de animais silvestres de médio e grande porte nas rodovias estaduais, como já ocorreu na MS-306, nas proximidades do município de Chapadão do Sul. É um pedido de ampliação do projeto. E temos um requerimento, endereçado ao senhor Carlos Baigorri, presidente da Anatel, solicitando que responda a alguns questionamentos: 1) Quais concessionárias públicas/operadoras são responsáveis pelos serviços de internet e telefonia móvel na região do distrito de Cristalina, em Caarapó? 2) Quais medidas administrativas podem ser tomadas para fiscalizar se o serviço está sendo prestado de forma eficiente naquele município?... Recebemos muitas denúncias, reclamações de moradores da região que simplesmente não conseguem sinal, de modo que precisamos que a Anatel de alguma forma nos dê essas respostas... Eu vou pedir "pela ordem", presidente, rapidamente...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Lia.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Presidente, eu peço a atenção de Vossa Excelência e dos demais colegas parlamentares. Trago aqui uma denúncia que recebi agora há pouco. Inclusive tivemos o cuidado, deputado João Henrique Catan, de buscar vários requerimentos que foram apresentados por esta parlamentar ao Ministério dos Povos Indígenas do governo federal, à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Pasmem os senhores, recebemos hoje a informação de que famílias indígenas das aldeias Jaguapiru e Bororó em Dourados estão sem uma gota d'água, num dia tão quente como hoje; crianças estão sofrendo, não há água tratada. Embora o governo do estado esteja com a Sanesul num projeto de levar água tratada, porque é dignidade para os povos indígenas, a várias aldeias do estado, isto ainda é um projeto que está tramitando. Como disse, vários requerimentos foram feitos por esta deputada, e a resposta que obtivemos do governo federal, que é quem tutela a população indígena, foi de que a Sesai, por meio de seus Distritos de Saúde Indígena, é que iria ficar responsável. Contudo, hoje pela manhã fico sabendo, presidente, que os caminhões-pipa — utilizados pela Sesai para dar esse suporte para os indígenas, que levam a água para as caixas-d'água principais —, esses caminhões não estão abastecendo essas caixas, porque estão sem combustível! Isso é um absurdo! É um absurdo o que está acontecendo no estado. O governo do estado está, é verdade, tomando a frente de uma

questão que é da competência da União, mas é inconcebível, em pleno século XXI, ver populações sendo relegadas ao segundo plano, abandonadas, isso é desumano. Então fica aqui a nossa indignação, vamos apresentar um requerimento hoje para que isso seja de alguma forma amenizado o quanto antes. Não dá para aceitar falta de combustível para caminhão-pipa, não dá para deixar a população indígena com sede. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, quem nos honra com a sua presença neste plenário. Senhor presidente, quero aqui fazer apenas duas indicações. A primeira é ao secretário de estado de Infraestrutura e ao diretor-presidente do Detran, solicitando estudos para a reforma geral do prédio onde está instalada a agência de trânsito de Nova Andradina. Trata-se de uma reivindicação de moradores do referido município que se queixam que o dito prédio, há muito tempo (desde sua inauguração) está sem manutenção de infraestrutura e benfeitorias. Mais detalhes da justificativa, senhor presidente, seguem anexos. A segunda indicação vai para o governador Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário Hélio Peluffo e ao diretor da Agesul, Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando o recapeamento da MS-276, no trecho que liga o município de Deodópolis ao distrito de Indópolis, no município de Dourados. Age este parlamentar em resposta a inúmeros pedidos recebidos por E-mails de moradores da região que constantemente reclamam das condições da referida estrada. A MS-276 no trecho supracitado encontra-se em péssimo estado de conservação, com inúmeros buracos, desníveis e desgastes, situação que é um transtorno para quem necessita realizar o trajeto. A justificativa segue anexa, senhor presidente. É o que tínhamos... Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Só queria fazer um comentário aqui, senhor presidente, a respeito da questão da ponte da Rota Bioceânica. Com o forte empenho da Unale e da Frente Parlamentar do Parlasul, nós conseguimos viabilizar a questão das cidades gêmeas do Brasil com os países vizinhos. E Porto Murtinho é considerado uma dessas cidades gêmeas, porque é só atravessar o rio e se está noutra cidade, noutro país, e isso facilita a comercialização. Com efeito, nas sete cidades gêmeas aqui de Mato Grosso do Sul, as pessoas podem abrir *free shops* do lado de cá e ter todos os produtos que são comercializados do lado de lá. Precisamos ter essa facilidade, para que o dinheiro fique em nosso país e não vá para o país vizinho. De maneira que isso foi uma conquista da Unale, foi todo um processo, todo um trabalho feito junto à Receita Federal. Enquanto o Rio Grande do Sul, por exemplo, já avançou muito, com cidades com *free shops* para o lado de cá, Mato Grosso do Sul anda a passos lentos. Em Ponta Porã já estão adquirindo áreas para o lado de cá para abrir os *free shops*, mas seria interessante entrar nessa questão, aproveitando a questão da ponte, da briga por esse material. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas, público presente. Bom dia aos nossos pescadores profissionais, aqui hoje muito bem representados, em busca de uma boa discussão e de um bom entendimento, para que cheguemos a bom termo nessa questão da pesca, pescadores e os deputados que defendem a proibição da pesca do dourado. Acredito que esta Casa está aberta ao diálogo, o governo do estado também, e estamos aqui para buscar o entendimento. Inclusive quero comunicar aqui, senhor presidente, que a Frente Parlamentar da Pesca deverá trazer, não sei se nesta ou na semana que vem, os nomes dos representantes das colônias do rio Paraná e do rio Paraguai, além de nomes da federação e de vendedores de iscas, para compor a frente da pesca nesta Casa de Leis. Dito isso, faço aqui a leitura das minhas indicações. Começamos com um expediente endereçado ao nosso governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Saúde, Maurício Simões Corrêa, solicitando a disponibilização de um veículo tipo ônibus para o transporte de pacientes oncológicos do município de Nova Andradina que fazem tratamento no Hospital do Amor de Barretos e Jales, no estado de São Paulo. A presente indicação atende a pedido formulado pelo vereador Antônio Tomaz de Souza, de Nova Andradina. Outra indicação, também ao governador e ao secretário de estado de Saúde, solicitando a disponibilização de um veículo adaptado para o transporte de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida para atender o ESF [*Estratégia Saúde da Família*] de Costa Rica. A presente indicação atende a pedido formulado pelo vereador Alexander da Silva Pimenta, o "Popó", daquele município. Outra indicação, ao governador e ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a destinação de cinco aparelhos de ar-condicionado para a Santa Casa de Misericórdia do município de Cassilândia. Esta é uma indicação dos vereadores Leandro Rosa de Souza, Zé Divino, Fião e Nelson Gomes, de Cassilândia. Mais uma, ao governador e ao secretário de Educação, solicitando a destinação de recursos para a implantação de uma brinquedoteca no parque infantil no Ceim Hermito Benigno de Souza, no município de Caracol. É um pedido da vereadora Meire Leite Vieira. É o que tinha para hoje, senhor presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Renato Câmara, encerrando o Pequeno Expediente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas, público presente, servidores. Mais uma vez reafirmo o meu apoio aos aposentados e pescadores de várias regiões aqui representados. Primeiro registro uma moção de congratulação ao doutor Rozemar Mattos Souza, parabenizando-o por sua nomeação como diretor administrativo do Procon do município de Dourados. Também, senhor presidente, encaminho uma indicação ao governador Riedel, ao secretário de Turismo, Esporte e Cultura, e ao diretor-presidente da Fundação de Cultura do estado, solicitando apoio para a realização do evento "Semana Municipal da Música Gospel", que será realizado no município de Bonito. Solicito também, senhor presidente, ao governador e à secretária de Assistência de Direitos Humanos, apoio para que se possa aparelhar com novos equipamentos o Vale Renda do município de Guia Lopes da Laguna. Vários usuários do programa têm reclamado de diversas situações que

apresento aqui na justificativa, como a questão de acesso à água (bebedouros), falta de computadores, aparelhos de ar-condicionado, aparelhos enfim que permitam o funcionamento a contento do trabalho que está sendo realizado. Como está a situação, várias pessoas ficam ali horas aguardando devido a problemas de computador, e sem água para ser servida naquele ambiente... Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, daqui a pouco vamos discutir na sala da presidência a questão da emenda substitutiva para o Projeto de Lei nº 364, que trata da captura do dourado. Nós apresentamos semana passada, governador Zeca, o ponto de vista segundo o qual é preciso haver um estudo de seis meses capaz de indicar à Assembleia um caminho a tomar, perante a luz técnica: o melhor caminho seria continuar a proibição ou seria talvez a liberação? E essa ideia foi e está sendo discutida pelos deputados, o presidente tem algumas considerações técnicas a fazer relativas ao Imasul, já que está se encerrando a piracema, o Defeso... A ideia seria prorrogar de seis meses para um ano. Então nós vamos discutir isso, vejo com bons olhos a discussão, recebi vários vídeos, mensagens de pescadores mostrando a quantidade de dourados que já estão voltando a povoar nossos rios. Agora, precisamos do estudo técnico para nos dar um norte, se continuamos mais um tempo com a proibição, para ele ficar um pouco maior, ou se já libera uma vez que a quantidade já está suficiente. Quem vai dizer isso? Seja prorrogação, seja liberação, precisa um estudo técnico para isso: é muito importante uma orientação científica para tomar as decisões. E gostaria, senhor presidente, que Vossa Excelência também colocasse em discussão, daqui a pouco com os demais colegas, a sugestão de que os ditos estudos técnicos sejam discutidos e regulamentados com o acompanhamento do Conselho Estadual da Pesca. O Conpesca, composto por vários técnicos, integrado por várias entidades, é um conselho que tem a participação da comunidade organizada, e seria importante também sua participação. De modo que gostaria que Vossa Excelência colocasse sob o escrutínio dos colegas a participação do Conpesca nesses estudos técnicos, que acho muito importante. Era isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: dois projetos de lei (Prot. nºs 00300/2024, 00296/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 00267/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: um requerimento (Prot. nº 00289/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 00306/2024, 00305/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 00307/2024). De autoria do deputado Rafael Tavares: quatro indicações (Prot. nºs 00301/2024, 00302/2024, 00303/2024, 00304/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 00299/2024, 00298/2024, 00286/2024, 00272/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 00297/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 00292/2024, 00293/2024); um projeto de lei (Prot. nº 00266/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 00287/2024, 00288/2024).). Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: dois projetos de lei (Prot. nºs 00300/2024, 00296/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº

00267/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: um requerimento (Prot. nº 00289/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 00306/2024, 00305/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 00307/2024). De autoria do deputado Rafael Tavares: quatro indicações (Prot. nºs 00301/2024, 00302/2024, 00303/2024, 00304/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 00299/2024, 00298/2024, 00286/2024, 00272/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 00297/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 00292/2024, 00293/2024); um projeto de lei (Prot. nº 00266/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 00287/2024, 00288/2024).). Pela ordem, o deputado Coronel David, em seguida passo ao deputado Zeca do PT.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, apenas para registrar a presença, no Plenário da Casa, do meu parceiro, do meu amigo vereador Bodinho, de Paranaíba, que se encontra aí com sua esposa Karen e com a filha Maria Paula. Sejam muito bem-vindos a esta Casa, amigos. Agora passo a palavra nosso preclaro Zeca do PT.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Obrigado, Coronel David, obrigado, presidente. Senhor presidente, primeiro quero agradecer os sete, oito votos que na quinta-feira da semana passada, atendendo a um apelo que eu fizera na véspera neste Plenário, neste microfone, colegas meus deram favoravelmente à rediscussão do tal do projeto de ampliação de cinco anos para a proibição da pesca. Sei que estavam meu amigo Coronel David, meu amigo Mochi, meu amigo deputado Lidio... Enfim, quero agradecer. Segundo, quero registrar alto e bom som que percebo que há quase unanimidade aqui para prorrogar em um ano a coisa, com a ressalva de que, em não havendo o estudo de impacto ambiental da Embrapa Pantanal nesse período de um ano, ano que vem o período de pesca abre sem restrição para a captura do dourado — quero deixar isso bem claro! Eu vou trabalhar para aprovar, porque é um pedido da federação e das colônias. Segunda coisa, senhor presidente, é que quero trazer ao conhecimento de Vossa Excelência que acabei de falar com o chefe de gabinete do ministro Rui Costa, que me ligou. Pedi a ele que articule com o ministro para dia 6 ou 7 uma reunião lá na Casa Civil, com a presença, se não do ministro chefe, pelo menos de alguém do Itamaraty que cuide da relação diplomática Brasil/Paraguai, e de alguém que está cuidando dessa questão da ponte do rio Paraguai na Receita Federal. Vou estender o convite ao secretário Jaime Verruck, para o superintendente do Consórcio Binacional responsável pela ponte, e evidentemente a Vossa Excelência, que é o presidente — merecidamente — desta Casa. A imprensa me perguntou, deputado Paulo Corrêa, se havia alguma informação sobre esse atraso de três meses. Pois bem, segundo o engenheiro que esteve conosco na sala do presidente, do lado paraguaio a construção da ponte já chegou a algo como 65%; do lado brasileiro, 40%, 42%. Isso pode atrasar a obra e não dá mais para esperar, ela tem de ser retomada para efetivamente no final do ano que vem o presidente Lula e o presidente do Paraguai poderem inaugurar, junto com Vossa Excelência, com o governador, com os deputados, a tão sonhada ponte sobre o rio Paraguai, viabilizando a Rota Bioceânica. Falando de Rota Bioceânica, quero

registrar aqui a presença de dois sobrinhos: Marcelo Heitor, filho do saudoso Heitor Miranda dos Santos, mentor dessa história da Rota Bioceânica; e Flávio Henrique, também meu sobrinho, meu afilhado, filho do finado Alípio, que foi procurador jurídico do Incra. Registro também a presença do Fábio, que acho que está por aí também, que é filho do finado Osório. Heitor e Osório trabalharam, sonharam com a Rota Bioceânica... Para concluir... A gente era criança, Coronel David, na beira do rio Paraguai, morávamos na charqueada, olhávamos para o outro lado do rio e ficávamos nos perguntando: será que tem gente lá? Onde que vai dar isso?... Mal pensávamos nós, em nossa inocência, que um dia nós três viríamos a ser os interlocutores daquilo que vai nos ligar ao Chile e ao mercado asiático. E vejam que momento importante, saiu hoje nos jornais que o Canal do Panamá está secando, presidente. Já não passam lá embarcações de grande calado, deputado Pedro Kemp, deputado Londres Machado. O Canal do Panamá está secando! O grande Canal do Panamá, sabe qual que vai ser, Rinaldo? Vai ser via Porto Murtinho, via Porto de Iquique, de Antofagasta, encurtando em 7.500 quilômetros a distância para o mercado asiático, quinze dias a menos do que em alto mar, barateando custos e permitindo ao agronegócio, Zé Teixeira (nós que representamos o agronegócio aqui), vender um produto de melhor qualidade no mercado asiático. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registro, deputado Zeca do PT, que esta Casa mais uma vez acertou em indicar Vossa Excelência para essa comissão. Tenho certeza que essa força-tarefa da Assembleia vai fazer com que essa obra volte ao normal, e nós não teremos atraso na conclusão da nossa tão sonhada Rota Bioceânica. Está encerrado o Pequeno Expediente.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Apenas para dizer ao deputado Zeca do PT que eu tinha uma grande admiração por seu irmão. Entendo que a Rota Bioceânica realmente iniciou com o sonho dele, na beira do rio Paraguai, de fazer algo diferente por Porto Murtinho, por Mato Grosso do Sul e pelo Brasil: que fique registrado. Apesar da nossa diferença ideológica, eu sei reconhecer aqueles que fazem o bem por Mato Grosso do Sul.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — As diferenças se encontram quando a pauta é positiva, para o Brasil e para Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Jamilson Name.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Queria agradecer ao deputado Lucas de Lima, que gentilmente cedeu o lugar dele na Comissão de Segurança Pública ao delegado Caravina.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O deputado Caravina, na comissão então.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Na vice-presidência, na presidência é o deputado Coronel David: nós também temos hierarquia aqui.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Nós do PSDB somos a maior bancada da Casa. Apesar de haver o bloco, eu gostaria de fazer uma reunião do PSDB para decidir esses assuntos sobre comissão, porque somos seis deputados e acho que a montagem das comissões não está sendo proporcional ao tamanho do partido. Então queria convocar uma reunião do PSDB para decidir dessa questão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está registrada a questão de ordem do PSDB. Está suspensa a Sessão. Convido os deputados para fazermos, na sala da Presidência, a discussão da pauta (10h52min). (Reaberta às 11h28). Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário que faça a recomposição do quórum.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, são vinte e três deputados presentes: há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 181/2023. Autora: deputada Gleice Jane. "Dispõe sobre a instituição da 'Semana Estadual de Conscientização e Educação sobre a Entrega Legal de Crianças para Adoção' no estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Combate à Violência Doméstica e Familiar emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Modificativa 01, tendo como relatora a deputada Lia Nogueira. A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Modificativa 01, tendo como relator o deputado João César Mattogrosso. Em discussão... Para discutir, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia mais uma vez, nobres colegas, público presente, senhor presidente. Estamos aqui hoje apresentando, já em segunda discussão, o nosso projeto de lei que fala sobre a "Semana Estadual de Conscientização e Educação sobre a Entrega Legal de Crianças para Adoção". Venho aqui mais uma vez pedir o apoio dos colegas na aprovação desse projeto, e dizer da importância de realmente fazermos um processo de conscientização, para que as mulheres, as famílias que queiram entregar suas crianças, que o façam de maneira segura. Aqui quero lembrar algumas situações que justificam a nossa preocupação, que

justificam a existência desse projeto de conscientização. São episódios de várias mulheres que foram vítimas de violência sexual e que tiveram dificuldade na entrega das crianças. Ao longo da minha vida, ao longo da militância ouvi muitas histórias dessa natureza. Uma dessas histórias foi a de uma mulher que estava grávida do próprio pai, tinha sido violentada pelo pai e não pôde fazer a entrega do seu filho. Tendo-lhe sido negado o seu direito ao aborto naquele momento, levou a gravidez adiante, não pôde, como disse, fazer a entrega dessa criança. Situações dessa natureza trazem muitos traumas para a família, para a mulher, para a criança... Lembro-me também da situação de uma jovem, daqui de Mato Grosso do Sul, que acompanhei pela mídia. Essa jovem foi violentada pelo namorado, encarou uma gravidez sem contar a ninguém, e quando nasce o filho ela o entrega nas mãos de um servidor público, em segurança. Mas o servidor desconfia, vai atrás, denuncia o caso à polícia, a polícia investiga, descobre tudo; a história dela, o nome dela, foi tudo completamente debatido na mídia, e a opinião pública, absurdamente, condenou o ato dela — mas ninguém questionou a violência que essa mulher sofreu. Cito também o caso da atriz Carla Castanho, que, tendo passado pelo mesmo processo (uma gravidez resultado de um ato de violência sexual), decidiu ter o filho, ia participar de um programa de entrega legal mas não foi respeitada a legislação nesse processo. Não foi respeitada, porque alguém do serviço de saúde vazou a informação e ela foi extremamente ridicularizada na mídia. Ora, todas essas histórias dizem respeito à história das mulheres... Nós queremos que as mulheres que queiram entregar suas crianças, que o façam de maneira segura — é importante que a mulher que vai passar por um período de gravidez saiba que está segura. É importante para a criança, porque o feto que passa por uma gestação tranquila também terá uma vida mais tranquila. E é também importante para as famílias que querem adotar. Porque há várias famílias na fila de adoção e todas têm de enfrentar um enorme processo burocrático. De modo que estar consciente de que entregar uma criança para adoção é legal e é importante para que as mulheres se sintam seguras. É importante também lembrar que esse projeto evita o abandono, porque no estado houve alguns casos de abandono de crianças. E não podemos nos esquecer da prática muito comum do abandono paterno, coisa que a sociedade não debate: todo o peso da responsabilidade de uma gravidez recai sobre a mulher. Então esse projeto diz respeito também à vida das mulheres, é um projeto importante para garantir segurança àquelas que querem fazer a entrega, sobretudo daquelas que passaram por uma situação de abuso sexual e que não têm condições psicológicas de criar uma criança nessa situação. Por tudo isso, peço o apoio dos colegas na aprovação do projeto. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...
Encerrada a discussão...

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, declaração de voto. Eu quero parabenizar a deputada Gleice pelo projeto. Entendo que essa é uma maneira de salvar vidas, porque muitas mulheres, no desespero, cometem absurdos na tentativa de se livrar daquele sofrimento, de ter um filho e não poder assumi-lo. Uns vão dizer que isso é irresponsabilidade, mas a gente não sabe o que se passou na vida dessa mulher, o que a fez chegar naquela situação. Então acho importante, sim, que essa mulher possa ter tranquilidade para decidir: se tem ou não condições de criar o filho, e, não tendo condições, ter o direito também de entregá-lo para adoção, e que

essa intenção possa ser divulgada. Parabéns, deputada Gleice, e claro que sou favorável ao projeto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 181/2023, de autoria da deputada Gleice Jane (PT).

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 226/2023. Autora: deputada Mara Caseiro. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul a 'Festa do Padroeiro do Município de Jardim', dedicada a Santo Antônio, a ser celebrada anualmente na semana em que ocorrer o feriado municipal em que se comemora o padroeiro do município." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João César Mattogrosso. Em discussão o projeto. Para discutir, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Apenas, senhor presidente, para dizer que esse projeto é resultado de um pedido que me veio de toda comunidade de Jardim. A aludida festa do projeto já é realizada há setenta anos, no pátio da Paróquia Santo Antônio. São três dias de festa, antecedidos por sua vez de treze dias, período conhecido como "Trezena de Santo Antônio". Durante esse período são realizadas missas diárias, momentos de oração e reflexão, além de atividades religiosas e sociais envolvendo a comunidade. Portanto, traz-se para o Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul essa festa que acontece há setenta anos, presidente, e eu peço o voto dos nobres pares. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...
Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 226/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro (PSDB).

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Projeto de Lei nº 294/2023. Autor: deputado Professor Rinaldo. "Institui o Dia Estadual do Profissional Secretariado e dá outras providências." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 294/2023, de autoria deputado Professor Rinaldo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em discussão única e votação simbólica: 03 requerimentos, 26 indicações, 01 moção de aplauso e 04 moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Proposta pelos deputados Paulo Corrêa e Coronel David e transformadas em moção da Casa, em razão do falecimento do senhor Anivaldo Moraes de Almeida. Proposta pela deputada Lia Nogueira, em razão do falecimento do senhor Écio Rosa Bastos. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Valdir Argentino. Proposta pelo deputado Coronel David, em razão do falecimento do senhor Osvaldo Aparecido Barboza. Proposta pelo deputado Pedrossian Neto, em razão do falecimento do senhor Affonso Celso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia...

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — É de registrar a presença dos vinte e quatro deputados, como se vê no painel. Parabéns, deputados, pela maciça presença em todas as sessões. Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Queria comunicar aos pescadores que aqui estão representando várias regiões, que foi definida por todos os

deputados uma emenda coletiva que vai manter suspensa a captura do dourado por um ano, até a apresentação de um estudo. Este ano, governo, Imasul, técnicos, instituições vão apresentar um estudo técnico para orientar a nossa votação: continua-se com a proibição ou se libera a pesca. Quem vai orientar os votos dos parlamentares será a pesquisa, o conhecimento. O deputado Junior Mochi vai apresentar a emenda amanhã na CCJR, lá ela será votada e depois vem a Plenário. A emenda, repito, é para manter um ano suspensa a pesca até que venham as informações técnicas. Os estudos serão apresentados na Comissão da Pesca e os pescadores poderão participar: haverá audiência pública na Assembleia onde cada um poderá se manifestar. Então é uma conquista para o meio ambiente, uma conquista para os pescadores, uma decisão madura, equilibrada dos deputados, e todo Mato Grosso Sul vai se beneficiar com isso, meio ambiente e pescadores. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Obrigado, deputado Renato Câmara, presidente da Comissão de Meio Ambiente. Registramos e agradecemos as seguintes presenças: senhora Lígia Borges, senhora Brasília Aparecida, a Cida Farias, senhor Gustavo Otano, o Gustavo Baiano, e senhora Janete Cordoba, todos vereadores do município de Amambai. É uma honra e uma satisfação tê-los conosco. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Esta presidência convoca as comissões de mérito para emitirem seus pareceres, amanhã temos a reunião da CCJR, para que possamos encerrar os projetos que estão em pauta. Não havendo oradores inscritos nem mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão. Obrigado (11h45min).